



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº , CCJ
(à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019)

Dê-se ao artigo 135 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, a ser incluído pelo art. 2º do Substitutivo da Proposta de Emenda Constitucional nº 45, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 135. Os saldos credores dos tributos previstos no art. 195, I, ‘b’ e IV, no art. 239 e no art. 153, IV, existentes ao final de 2026, serão aproveitados pelos contribuintes na forma deste artigo e de lei complementar.

§1º Sujeitam-se ao disposto neste artigo os saldos credores cujo aproveitamento ou ressarcimento sejam admitidos pela legislação em vigor e que tenham sido homologados pela União Federal, observadas as seguintes diretrizes:

I - apresentado o pedido de homologação, a Receita Federal do Brasil deverá se pronunciar no prazo em prazo não superior a 60 (sessenta) meses a ser estabelecido na lei complementar referida no *caput*;

II – na ausência de resposta ao pedido de homologação no prazo a que se refere o inciso I, os respectivos saldos credores serão considerados homologados.

§ 2º O disposto neste artigo também é aplicável aos créditos dos tributos referidos no *caput* deste artigo que sejam reconhecidos após os respectivos prazos nele estabelecidos.

§3º Os saldos credores homologados serão passíveis de ressarcimento e restituição em 240 (duzentos e quarenta) meses, sendo assegurada sua compensação com quaisquer outros tributos federais administrados pela Receita Federal do Brasil.

§4º Lei complementar disporá sobre:

I – as regras gerais de aproveitamento dos saldos credores mediante compensação, inclusive prazo para sua homologação;

II – a forma mediante a qual os titulares dos créditos de que trata este artigo poderão transferi-los a terceiros e mesmo grupo econômico;

III – a forma pela qual o crédito de que trata este artigo poderá ser ressarcido ao contribuinte pela Receita Federal do Brasil, caso não seja possível promover a compensação com débitos de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

§ 5º A partir de 2027, os saldos credores dos tributos previstos no art. 195, I, 'b' e IV, no art. 239 e no art. 153, IV, serão atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), ou por outro índice que venha a substituí-lo." (NR)

JUSTIFICATIVA

A proposta de reforma tributária trazida pela PEC 45/2019 e aprovada pela Câmara dos Deputados definiu, no artigo 134, regras específicas para que os contribuintes possam reaver e compensar os saldos positivos de ICMS existentes até o final de 2032. Isso permitiria utilizar esses créditos para abater débitos relacionados ao IBS. Contudo, a PEC 45/2019 não abordou expressamente a possibilidade de reembolso e compensação dos saldos positivos de PIS/COFINS e IPI existentes até o final de 2026.

A presente emenda busca incluir expressamente a possibilidade de reembolso e compensação dos saldos positivos de PIS/COFINS e IPI para os contribuintes, existentes no encerramento de suas cobranças, com débitos de quaisquer outros tributos federais, da mesma forma que já é permitido para créditos compensáveis através do artigo 74 da Lei nº 9.430/96.

Isso garantirá a utilização mais ampla dos créditos acumulados pelos contribuintes, mantendo o fluxo de compensação para o encerramento dos remanescentes das contribuições do sistema anterior no futuro sistema tributário nacional. Essa medida reduziria possíveis disputas entre a Receita Federal e os contribuintes, bem como entre os próprios contribuintes, promovendo justiça tributária e neutralidade concorrencial ao imposto.

De forma similar ao que acontece com o ICMS, o PIS/COFINS e o IPI são tributos não-cumulativos, sendo comum que determinados contribuintes acumulem créditos em seus registros fiscais devido à natureza de suas atividades econômicas.

Além disso, é importante lembrar que os contribuintes que têm direito a esses créditos levam em consideração esse fator na formação do preço dos produtos que comercializam. Portanto, a proibição de sua compensação e reembolso não apenas violaria o princípio da segurança jurídica, mas também resultaria em enriquecimento injusto para a União Federal.

Além disso, é relevante recordar que a própria PEC 45, aprovada pela Câmara dos Deputados, no artigo 149-B, estabelece que o IBS e a CBS compartilharão não apenas vários fatores da regra de incidência, mas também as mesmas regras de não-cumulatividade e crédito. Portanto, estender o direito de aproveitar créditos



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/23216.03230-32

acumulados ao encerrar o PIS/COFINS extinto e, inclusive o IPI, é uma medida necessária e que evitará impactos na precificação de combustíveis logo após a implantação da reforma tributária.

Ademais, os contribuintes que detêm créditos acumulados de PIS/COFINS e IPI até o final de 2026 enfrentarão um aumento na carga tributária com o início da CBS e Imposto Seletivo em 2027, já que a utilização de créditos estabelecidos dos tributos abolidos em períodos anteriores não será permitida. Essa restrição, mesmo diante de alterações no texto constitucional, não pode infringir a segurança jurídica, o princípio da anterioridade e, especialmente, o da capacidade contributiva.

Com relação à utilização da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), esclarecemos que a Selic nada mais é do que uma taxa de juros nominal, e por assim o ser, reflete em sua composição, tanto o efeito inflacionário corrente, bem como o juro real atrelado a seu cômputo, no momento de sua divulgação.

Atualmente, entendimentos legislativos, de tribunais superiores e até da própria Receita Federal já reconhecem a atualização por meio desse índice, a exemplo do art. 148 da Instrução Normativa RFB 2055/2022, que define que os créditos de restituição ou de reembolso, serão restituídos, reembolsados ou compensados acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulados mensalmente, e de juros de 1% (um por cento) no mês.

Assim, a utilização da taxa Selic permite a manutenção de regra prevista, reconhecida e adotada pelos Tribunais Superiores e pela RFB e uma obrigação reflexa do fisco, uma vez que o contribuinte deve adotar esse mesmo índice no caso de inadimplemento de obrigações tributárias.

Ante o exposto, espero contar com o apoio dos pares para o seu acatamento.

Sala da Comissão, novembro de 2023.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS/RR)